

O NOVO ENSINO MÉDIO EM DISCURSO NO JORNALISMO OPINATIVO: NOTAS DE CONJUNTURA

THE NEW HIGH SCHOOL IN DISCOURSE IN OPINIONATED JOURNALISM: CONJUNCTURE NOTES

LA NUEVA ENSEÑANZA SECUNDARIA DEL DISCURSO EN EL PERIODISMO DE OPINIÓN: APUNTES SOBRE LA SITUACIÓN

Francisco Vieira da Silva¹

Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

Emanuele Vitória de Oliveira Leite²

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

Neste artigo, o foco direciona-se sobre o modo como o discurso jornalístico opinativo se volta para o Novo Ensino Médio (NEM) a partir de uma conjuntura específica: os primeiros seis meses do governo do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2023. Para tanto, foram selecionados três textos opinativos dos seguintes veículos de imprensa: Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo. As análises possibilitam entrever construções discursivas que criticam uma possível revogação da reforma e uma ação governamental responsável por dar prosseguimento à Lei 13.415/2017, responsável por instituir o NEM no país.

Palavras-chave: Discurso; Jornalismo; Ensino Médio; Políticas Públicas.

Abstract

In this article, the focus is directed on how the opinion journalistic discourse turns to the New High School (NHS) “Novo Ensino Médio” from a specific context: the first six months of Luiz Inácio Lula da Silva’s (PT) third term in office, in 2023.

¹ Doutor em Linguística. Docente do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da associação ampla entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4922-8826>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8730615940772209>.

² Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade UNINTA - Centro de Educação INTA. É especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Dom Alberto. Possui graduação em licenciatura em Letras - Inglês pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). É aluna do curso de especialização em Mídias da Educação pela UERN. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa de Residência Pedagógica (RP) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: emanuellevitoriaa15@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9444-7476>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/796667680796721>.



For this purpose, three opinion texts from the following press vehicles were selected: Folha de S. Paulo, Globo, and Estado de São Paulo. The analyses revealed discursive constructions that criticize a possible repeal of the reform and a government action responsible for giving continuity to Law 13.415/2017, which instituted the New High School model in the country.

Keywords: Discourse; Journalism; High school; Public policy.

Resumen

En este artículo, el foco está puesto en la mirada del discurso periodístico de opinión sobre la Nueva Enseñanza Secundaria (NEM), a partir de una situación específica: los primeros seis meses del tercer mandato de Luís Inácio Lula da Silva (PT), en 2023. Para ello, se seleccionaron tres artículos de opinión de los siguientes medios de prensa: Folha de S. Paulo, O Globo y O Estado de São Paulo. Los análisis revelan construcciones discursivas que critican una posible derogación de la reforma y una acción gubernamental responsable de dar continuidad a la Ley 13.415/2017, que instituyó el NEM en el país.

Palabras clave: Discurso; Periodismo; Educación Secundaria; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A Reforma do Novo Ensino Médio (doravante NEM), via Lei n. 13.415/2017, ocorreu num contexto de forte turbulência política e social. Após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016, o seu então vice, Michel Temer (MDB), assumiu o comando do país e investiu fortemente num conjunto de reformas sensivelmente atreladas à racionalidade neoliberal, dentre as quais se situam a Reforma do NEM, a Reforma do Trabalho e a Reforma da Previdência. Em todas essas mudanças, pode-se frisar um apelo indisfarçável ao empresariado, responsável por apoiar movimentos que reivindicavam a saída de Rousseff e a entronização de interesses do setor privado na gestão pública brasileira (LEÃO; SOUZA, 2022).

De maneira mais específica, no que se refere ao NEM, diversos autores têm discutido como essa reforma está em franca conexão com a lógica empresarial (QUADROS; KRAWCZYK, 2019; CÁSSIO; GOULART, 2022; GONÇALVES *et al.*, 2022; MANFRÉ, 2023), haja vista a urgência em levar o discente a escolher a sua trajetória formativa, seguindo as mudanças por que passam o mundo do trabalho e, para tanto, desenvolver um leque de competências que o torne flexível, resiliente e adaptado a uma série de crises e às instabilidades do capitalismo financeiro.

Dito isso, é possível entender que as principais mudanças do NEM conduzem a tal concepção, porquanto a ampliação da carga horária, a diluição de campos disciplinares em áreas do conhecimento (Ciências Naturais e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias), além da formação técnica e profissional têm como principal foco governar a subjetividade dos alunos



para que estes escolham, de maneira precoce, qual itinerário formativo desejam seguir e sentir-se responsável pela construção de seus projetos de vida, como se tudo dependesse tão somente de desejos e vontades individuais (FÁVERO; CENTENARO; SANTOS, 2022).

Ao desconsiderar as desigualdades socioeducacionais estruturantes da realidade brasileira, o NEM tende a acentuá-las (CARVALHO; CAVALCANTI, 2022), pois leva a crer que todos os jovens tem acesso às mesmas oportunidades de construção de seus percursos formativos.

É imperioso comentar que, desde a aprovação da Reforma, ou mesmo antes do governo Temer instituí-la por meio da Medida Provisória (MP) n. 746/2016, vários movimentos contrários a essa ação antidemocrática que não dialogou diretamente com os profissionais da educação e com os estudantes foram desencadeadas e se manifestaram sob a forma de protestos, de ocupações estudantis, de notas de repúdio de instituições sindicais e de ensino superior, dentre outras, o que demonstra que tal reforma nunca foi uma pauta consensual. Todavia, a conjuntura política não permitia qualquer tipo de avanço, pois mesmo depois do término do governo Temer o quadro tornou-se ainda mais complexo, pois a vitória presidencial de um candidato alinhado aos valores da extrema direita inviabilizou quaisquer formas de debate sobre esse tema, além da crise exponencial causada pela Covid-19, cujos impactos sobre o campo educacional foram gigantescos.

Por outro lado, após a eleição de 2022, com o pleito sendo vencido pelo candidato Lula (PT), há condições políticas para que o NEM possa ser (re)discutido e, nesse sentido, o Ministério da Educação, sob o comando de Camilo Santana, abriu uma consulta pública³ em abril de 2023 com o intento de estabelecer um diálogo com a comunidade escolar, com as equipes e os sistemas de ensino, os estudantes, a sociedade civil e os profissionais da educação, visando coletar elementos para servir de parâmetro para uma revisão e reestruturação da Política Nacional do Ensino Médio. Nesse ínterim, o Governo Federal suspendeu temporariamente o cronograma de implementação do NEM, o que gerou imensa repercussão na mídia jornalística.

Considerando, portanto, o tratamento que diferentes veículos de imprensa, especialmente da chamada mídia corporativa, conferem a essas mudanças geradas a partir do terceiro mandato do governo Lula, este estudo visa analisar como os discursos desse campo de atividade comunicacional faz circular posicionamentos sobre o NEM.

A relevância da pesquisa se deve ao fato de ser um tema atual e por apresentar um

³ A consulta foi aberta em 24 de abril de 2023 e o prazo inicial de término era 06 de junho, sendo prorrogado até o dia 07 de julho do mesmo ano.



painel dos interesses que se encontram em jogo na manutenção, revisão ou possível revogação da Reforma do NEM, de modo a delinear como as políticas educacionais estão eivadas de embates, lutas e controvérsias. Para isso, levamos em conta que, no processo de elaboração do NEM, bem como de documentos norteadores como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), houve uma forte atuação de instituições filantrópicas e/ou sem fins lucrativos, mas amparadas por conglomerados empresariais, as quais estão em conexão direta com as relações de poder que atravessam a mídia corporativa brasileira, razão pela qual elaboramos a hipótese de que tais veículos de imprensa tendem a produzir discursos favoráveis à manutenção do NEM.

MÉTODO OU METODOLOGIA

A metodologia segue uma abordagem descritivo-interpretativa, pois no processo de análise lançamos mão da descrição e da interpretação do fenômeno em foco: o NEM sob o prisma do discurso jornalístico opinativo da imprensa corporativa. Ademais, o estudo caracteriza-se por um viés qualitativo, porque dispensamos variáveis controladas, experimentações e dados estatísticos na compreensão do objeto de análise. De acordo com Lüdke e André (2013), a pesquisa qualitativa preconiza o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e/ou a situação foco do estudo.

No que se refere ao processo de coleta de dados, importa descrever que fizemos uma busca com os termos “novo ensino médio” combinados com “governo Lula” na opção de pesquisa presente em três jornais brasileiros de referência, a saber: Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo. A busca gerou 12, 16 e 15 resultados, respectivamente. Em seguida, fizemos uma leitura minuciosa de cada resultado e realizamos outra seleção, levando em conta materialidades discursivas que, em alguma medida, explicitassem o posicionamento de cada veículo de imprensa, descartando, portanto, notícias e reportagens.

Assim, chegamos a três materialidades de caráter opinativo, sendo dois editoriais e um artigo de opinião, a saber: “Reforma do ensino médio precisa seguir adiante”, editorial publicado no jornal O Globo em 04 de junho de 2023; “Alerta na educação”, editorial publicado na Folha de S. Paulo, em 04 de abril de 2023 e “A questão do novo ensino médio no Brasil: ‘decifra-me ou te devoro’”, artigo de opinião publicado na coluna Espaço Aberto do jornal O Estado de São Paulo, em 16 de maio de 2023, e assinado por Isaías Pascoal.

Os procedimentos de análise incluíram a leitura atenta de cada materialidade e a extração de enunciados que consideramos representativos para a discussão desenvolvida,



tendo como ancoragem teórica os estudos de Michel Foucault acerca do discurso, do enunciado, do saber e do poder.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, analisamos as três materialidades discursivas coletadas para o exame neste texto. Para fins de organização textual, dividimos o tópico em três subseções correspondentes a cada uma das materialidades selecionadas.

ANÁLISE DO EDITORIAL DE O GLOBO

O editorial de O Globo já exprime um dado posicionamento discursivo desde o título “Reforma do ensino médio precisa seguir adiante”. Pensando com Foucault (2010), para quem o discurso consiste numa prática a construir os objetos de que fala, a materialidade discursiva em análise emoldura a reforma como um objeto sobre o qual é necessário tecer considerações com vistas a defender tal mudança no ensino médio. No fio discursivo do título, é imperioso pontuar o efeito gerado pelo verbo modalizador “precisar”, o qual denota uma obrigatoriedade.

Assim, o editorial começa contextualizando a suspensão da reforma no esteio do governo Lula: “[...] a reforma do ensino médio foi suspensa pelo Ministério da Educação (MEC), sob o pretexto de reavaliar o seu impacto” (O GLOBO, 2023, on-line). Entendemos, sob o prisma foucaultiano, que os enunciados surgem em razão de condições históricas e sociais, como acontecimentos discursivos singulares e, nesse sentido, a interrupção da reforma constitui um acontecimento que faz emergir os enunciados do editorial em estudo. O emprego do termo “pretexto” para designar o motivo que levou a suspensão da reforma deixa entrever um posicionamento discursivo de crítica a tal ação do governo, pois é como se tudo não passasse de decisões tomadas sem uma análise acurada dos efeitos sobre as escolas.

Há, na tessitura enunciativa do editorial, uma breve descrição da reforma que nos aponta para uma postura de apoio a sua consecução: “Lançada por Medida Provisória, ainda no governo Michel Temer, a reforma do ensino médio, que estipula a escola em tempo integral e diversos percursos de formação para os alunos” (O GLOBO, 2023, on-line). O editorial, portanto, concebe que a reforma necessita ser implementada por ofertar “[...] diversos percursos de formação”, numa alusão aos chamados itinerários formativos e, por isso, “[...] é estratégica e, embora necessite de ajustes, precisa ser retomada com urgência”



(O GLOBO, 2023, on-line). O posicionamento discursivo assumido logo no começo do editorial irá se desdobrar em outros argumentos, ancorados em diversas vozes e saberes, com vistas a convencer os leitores desse veículo de imprensa a aderirem a essa posição.

O saber, conforme Foucault (2010), delineia-se sob a forma de posições postas em jogo nos processos discursivos e, nesse entendimento, o editorial pontua que “[...] o erro mais grave seria revogá-la e retomar toda a discussão sobre o tema à estaca zero, apenas para agradar a grupos de interesses afetados, como os sindicatos de professores” (O GLOBO, 2023, on-line). Ao categorizar a possível revogação como “o erro mais grave”, o editorial reconhece que isso seria tão somente uma forma de satisfazer interesses de grupos específicos, concebidos de forma negativa, e a exemplificação do sindicato de professores como um dos grupos afetados denota um discurso de rejeição a tais organizações, como se essas tratassem somente de interesses de uma classe em detrimento do coletivo.

Todavia, vale assinalar que os defensores da reforma se ancoram em saberes da racionalidade neoliberal, em suas diferentes morfologias de gestão empresarial (KOHAN, 2022), segundo a qual o foco deve incidir sobre o individual, esgarçando, assim, associações coletivas e sindicatos. Assim, a referência aos sindicatos denota um posicionamento discursivo de crítica a tais organizações, entendidas como uma espécie de entrave para a implementação da reforma.

Seguidamente, o editorial menciona: “Contribuição essencial para isso vem de uma nota técnica do movimento Todos Pela Educação, elaborada com o auxílio de acadêmicos, secretários estaduais e profissionais do ensino médio” (O GLOBO, 2023, on-line). De acordo com o posicionamento discursivo em tela, o movimento Todos Pela Educação, formado por diferentes entes da sociedade civil, constitui uma instância legitimada a enunciar sobre a reforma e determinar as mudanças a serem efetivadas para o seu aperfeiçoamento, ao contrário dos interesses classistas dos sindicatos dos professores. O editorial destaca que desde a sua gênese, a reforma “[...] enfrentava resistências de sindicatos e grupos mais à esquerda” (O GLOBO, 2023, on-line). Importa constatar que os opositores da reforma são qualificados como pertencentes a um dado espectro político, ao passo que os defensores são construídos como supostamente apartidários, num efeito de despolitização característico da racionalidade neoliberal (BUTLER, 2018).

Em conformidade com os interesses supostamente neutros do Todos Pela Educação, o editorial enumera que mudanças são consideradas necessárias: a) modificar a configuração da carga horária, que passaria de 2.100 horas para a formação geral e 600



horas para os itinerários formativos; b) determinar que 80% da carga horária anual dedicada aos itinerários formativos seja direcionada a assuntos relacionados a área de conhecimento escolhida pelo aluno; c) restringir o ensino à distância, “cujas limitações ficaram comprovadas durante a pandemia” (O GLOBO, 2023, on-line). Com vistas a defender a continuidade da reforma, o posicionamento discursivo do editorial busca legitimar o seu dizer, a partir da síntese apresentada por uma nota técnica do movimento Todos Pela Educação, entidade que ocupou um lugar central na defesa do NEM, tendo em vista que “[...] o ensino médio, com suas elevadas taxas de evasão, necessitava de uma reforma específica” (O GLOBO, 2023, on-line). E, nessa ótica, é com base nos apontamentos tecidos por essa organização que o edital em exame se pauta para defender o ponto de vista de manutenção da reforma, a despeito de algumas mudanças serem consideradas necessárias.

Ainda no discurso do editorial, lemos que: “O MEC precisa agora se debruçar sobre essas e outras sugestões para corrigir as deficiências da reforma” (O GLOBO, 2023, on-line). Mais uma vez, podemos observar um dizer que preconiza uma obrigação por parte do governo em sanar as fragilidades da reforma e não revogá-la. O editorial, ao representar o ponto de vista do veículo de imprensa, emoldura um lugar que busca orientar como os agentes públicos devem atuar na efetivação das políticas educacionais, porquanto “[...] O Brasil não pode mais perder tempo, nem ceder à pressão daqueles que querem deixar tudo como está” (O GLOBO, 2023, on-line). Vejamos que, conforme o posicionamento expresso nessa materialidade discursiva, há uma espécie de convocação para que o país possa dar continuidade à reforma e desacreditar os que criticam tal política educacional, pois esses querem manter uma educação lida como ineficiente.

Para finalizar o texto, temos o seguinte enunciado: “Sem aperfeiçoar o ensino médio, continuaremos a padecer da deficiência crônica na qualidade da mão de obra que atravanca o desenvolvimento” (O GLOBO, 2023, on-line). Nesse enunciado, é possível flagrar que concepção de educação está subjacente às relações de poder de interesses reformistas: a formação de mão de obra para o mundo do trabalho. Embora não possamos negar a importância de pensar a educação escolar a partir da conexão com o trabalho, é importante destacar que essa visão unilateral fragiliza a concepção de uma educação integral, que possibilite aos alunos uma formação crítica e humanizadora.

Assim, o editorial de O Globo atua no sentido de defender de modo veemente a reforma, discursivizada como sendo necessária para a qualificação da mão de obra, com vistas ao desenvolvimento nacional. Apesar de reconhecer a existência de fragilidades no



NEM, o posicionamento assumido no texto opinativo categoriza os críticos da reforma como grupos alinhados ao espectro político de esquerda, que não se mostram preocupados em contribuir para o desenvolvimento da educação, somente efetivada via implementação da reforma, de maneira a delinear de que forma o discurso se relaciona com o desejo e o poder, conforme pondera Foucault (2009).

ANÁLISE DO EDITORIAL DA FOLHA DE S. PAULO

Intitulado “Alerta na educação”, o editorial da Folha enuncia no sentido de defender a continuidade da reforma do NEM e vê com preocupação o modo como o governo Lula está lidando com essa pauta. De acordo com a materialidade discursiva, “[...] O compromisso do Estado Brasileiro com a educação de crianças e adolescentes requer que as políticas aprovadas pelo Congresso Nacional sejam implementadas pelo Executivo com previsibilidade” (FOLHA DE S. PAULO, 2023, on-line). Ao partir dessa premissa, de que convém ao poder Executivo colocar em prática a legislação aprovada no Congresso, o posicionamento discursivo presente no editorial faz uma crítica à gestão Lula, porque “[...] Entre outras intervenções não oficializadas, o Planalto quer suspender a realização, em 2024, do Exame Nacional do Ensino Médio, reformulado para amoldar-se ao novo programa” (FOLHA DE S. PAULO, 2023, on-line).

Ainda que não seja uma decisão formalmente comunicada à sociedade, o editorial repudia tal cancelamento e reconhece: “[...] a explicação plausível é a de que prevaleceu na decisão o afago ao esquerdismo inconsequente e ao corporativismo sindical” (FOLHA DE S. PAULO, 2023, on-line). Assim como no editorial analisado na subseção anterior, os críticos da reforma são desqualificados como sendo um grupo que vê apenas os seus próprios interesses e, uma vez mais, podemos identificar a repulsa às organizações sindicais, as quais são discursivizadas como danosas e/ou mesmo irracionais, haja vista o efeito advindo do sufixo “ismo”, presente nos vocábulos “esquerdismo” e “corporativismos”.

No jogo discursivo do editorial, “[...] Quando se colocam gerações inteiras de jovens numa nova trilha curricular, instando as 27 unidades federativas a adaptarem suas redes de escolas e professores, supõe-se que as regras não serão alteradas no meio do caminho” (FOLHA DE S. PAULO, 2023, on-line). O ponto de vista expresso pela Folha direciona-se de modo a argumentar que interferir no decurso da reforma do NEM constitui uma postura irresponsável, em virtude de todo o esforço já demandado para a implementação dessas mudanças, o que colabora para a defesa da continuidade da reforma.

Com o intuito de garantir um efeito de verdade à tese defendida, o editorial faz



menção ao número de alunos que se matricularam no 1º ano do NEM em 2022 e que serão afetados, caso o governo decida por não realizar o Enem, conforme as especificidades da reforma: “[...] Quase 3 milhões de adolescentes que em 2022 se matricularam no primeiro ano do ensino médio, 85% deles nas redes públicas estaduais” (FOLHA DE S. PAULO, 2023, on-line). Esses dados são demandados para subsidiar os impactos que uma possível revogação poderia causar e, em seguida, temos que “[...] Prestes a concluir metade da jornada sob nova orientação, são agora avisados de que o Enem na conclusão do ciclo de três anos não se adaptará ao que, afinal, estão estudando” (FOLHA DE S. PAULO, 2023, on-line). Constrói-se, discursivamente, a imagem de discentes sensivelmente prejudicados com uma mudança brusca em seus percursos formativos e apela-se, pois, ao bom senso da classe dirigente, com vistas a dar continuidade à Lei n. 13.415/2017, que estabelece o NEM.

Ainda no discurso do editorial, podemos pontuar uma crítica tenaz sobre esse possível cancelamento do exame: “Não está clara a razão para esse choque nas expectativas de alunos, escolas e professores” (FOLHA DE S. PAULO, 2023, on-line). A posição a enunciar no texto em análise entende que o NEM, uma vez aprovado, não pode sofrer interrupções, o que afetaria o prosseguimento dessa política pública. Nesse discurso, silencia-se os diversos problemas gerados pelo NEM, pois supostamente todos os discentes estariam aptos a prestarem o Enem em condições de igualdade.

Apesar de o editorial crer na necessidade de mudanças na reforma, porque “[...] Abriu-se além do que as redes escolares conseguem oferecer com qualidade o leque de opções aos alunos, que agora podem escolher 40% da carga letiva de acordo com as suas preferências pessoais” (FOLHA DE S. PAULO, 2023, on-line), a defesa da manutenção do NEM mostra-se irresoluta. Importa destacar o seguinte aspecto: segundo o posicionamento do jornal, as escolas foram levadas a ofertar diferentes itinerários formativos (“opções”), sem o devido enfoque na qualidade. Por outro lado, como dar conta das mais variadas demandas dos discentes que são instados a escolher que itinerário seguir? Eis uma das consequências do modelo preconizado pelo NEM e não algo endógeno, como leva a crer a posição assumida no editorial. Com vistas a minimizar essa consequência, o editorial pontua que “[...] parece ser mais um problema de organização e preparo de alguns Estados do que um defeito na concepção da reforma a exigir a sua impugnação total” (FOLHA DE S. PAULO, 2023, on-line).

Como se vê, os problemas resultantes da oferta dos itinerários formativos são de responsabilidade dos entes federados, não sendo, portanto, um efeito da reforma em si.



Esse posicionamento discursivo leva a crer que todos os estados podem implementar a reforma, basta preparar-se para isso e, uma vez mais, ignora as graves discrepâncias socio-regionais de um país com dimensões continentais.

Valorando positivamente a reforma, o editorial da Folha de S. Paulo frisa: “[...] Facultar que jovens na transição para a vida adulta que definam uma parte do currículo, num cardápio que inclui trilhas profissionalizantes, reflete as melhores práticas internacionais” (FOLHA DE S. PAULO, 2023, on-line). O NEM é concebido, nesse discurso, como uma política inovadora por supostamente dar a liberdade ao discente para escolher o seu percurso formativo, como se todas as opções estivessem a sua disposição, o que não tem ocorrido a contento, razão pela qual a reforma tem sido duramente questionada. O enfoque ao ensino profissionalizante é sintomático para sinalizar uma das características do NEM: a formação de obra precarizada. Conforme problematizam Andrade e Motta (2022, p. 55-56), “Deveríamos ajustar a educação à precariedade do mundo do trabalho ou deveríamos estar debatendo por que esse mesmo mercado oferece cada vez menos garantias, direitos e até condições melhores de trabalho?”.

Para finalizar, o editorial assevera: “O Brasil já deveria ter superado o mau hábito de arriscar a formação de milhões de estudantes, tratando-os como cobaias, com bases em ideologias de botequim” (FOLHA DE S. PAULO, 2023, on-line). A ação governamental é categorizada como um “mau hábito”, revelando, pois, o efeito de uma gestão amadora e refém de interesses pouco confiáveis, em dissonância, portanto, com a pretensa racionalidade da reforma. Para Alves Filho (2006), a identidade do gênero editorial passa pela autoria institucional assumida pelo veículo de comunicação no qual o texto é publicado e, nessa lógica, os posicionamentos manifestos representam uma espécie de verdade endereçada aos leitores.

ANÁLISE DE ARTIGO DE OPINIÃO NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

Para compreender o artigo de opinião como um gênero do jornalismo opinativo, seguimos a definição elaborada por Melo e Assis (2016, p. 52), para quem “[...] o artigo é, geralmente, elaborado por um especialista, que julga um acontecimento passível de controvérsia a partir do seu repertório”. Nesse caso, o texto é assinado por Isaías Pascoal e intitula-se “A questão do ensino médio no Brasil: ‘decifra-me ou te devoro’”⁴. Ao recuperar, via domínio associado (FOUCAULT, 2010), o enunciado mitológico do enigma da Esfinge,

⁴ No final do artigo, lemos as seguintes informações sobre o autor: “é professor e estudioso da questão educacional”.



constrói-se um efeito de que se trata de uma temática complexa e desafiadora. Assim como as demais materialidades discursivas analisadas antes, as condições de existência do artigo relacionam-se com as resistências à reforma do NEM e as reivindicações em prol de sua revogação. Segundo o posicionamento assumido no artigo, “A vitória de Lula na eleição presidencial de 2022 fortaleceu os grupos opositores, na maior parte constituídos por movimentos e setores sociais mais à esquerda do espectro político” (PASCOAL, 2023, on-line).

Nesse viés, a revogação só seria possível graças à sobrevida que tais grupos ganharam após o resultado favorável na eleição de Lula, motivo a reacender o debate sobre o NEM, bastante negligenciado no governo anterior. De acordo com o articulista, “[...] são movimentos diversos, organizações sindicais, influencers, notabilidades acadêmicas situadas mais nas universidades e institutos federais com atuação destacada no campo educacional” (PASCOAL, 2023, on-line). Embora polimorfos e ainda que se reconheçam os predicados de alguns integrantes desses grupos, tais movimentos não devem ser levados a sério, porque “[...] se baseia em palavras de ordem, pressuposições ideológicas e afirmações fora de contexto” (PASCOAL, 2023, on-line).

Na posição a se enunciar no artigo, os opositores da reforma não podem ser aceitos pelo fato de ancorarem os seus dizeres em dados que não encontram respaldo na realidade concreta, pois “[...] para os que não acompanham o debate e não têm familiaridade com o assunto, criam, realmente, a imagem do caos tomando conta do ensino médio pós-reforma” (PASCOAL, 2023, on-line). Segundo esse posicionamento, o quadro pintado pelos críticos da reforma mostra-se enviesado e, por isso, distanciado dos que conhecem o tema de perto, o que parece um contrassenso, pois o mesmo articulista mencionou a atuação notável dos críticos da reforma no campo da educação. Assim, esses especialistas da área estariam falseando dados, propagando desinformação e, como consequência, prejudicando o debate público sobre o NEM.

Conforme o articulista, “[...] não procedem ou não há dados comprovadores para afirmações como a de que a reforma aprofundou desigualdades, criou centenas de disciplinas que fragmentam o currículo, forçou o professor a trabalhar em outra área para qual não tem formação” (PASCOAL, 2023, on-line). A posição assumida no artigo busca negar já ditos sobre a reforma, os quais se manifestam em forma de denúncias nos coletivos de profissionais da educação. Deslegitimados pelo artigo, esses grupos não têm as suas reivindicações atendidas, embora os próprios veículos de imprensa tenham publicado notícias e reportagens que denunciam a situação da educação pós-reforma.



Prosseguindo, o artigo enumera alguns discursos que conferem uma unidade ao movimentopositor à reforma.

Começa pela denúncia do que é visto como vício de origem: a apresentação da proposta por meio da Medida Provisória n. 746/2016, marcada pelo autoritarismo na tramitação e pela ausência de debate com a sociedade. Prossegue indicando o seu caráter excludente, por oferecer aos setores populares um tipo de ensino precário, diferente do que as elites obtêm nos colégios particulares. Denuncia a falta de criticidade do novo ensino, por não tornar obrigatórias as disciplinas de Sociologia e Filosofia e pela diminuição da carga horária de diversas disciplinas básicas. Questiona os itinerários pedagógicos propostos pela reforma, incapazes de dar conta do aprofundamento do ensino em toda a sua generalidade para todos os alunos, assim dificultando acesso igualitário ao Enem. Critica a extensão da escolaridade em tempo integral aos alunos por causa da escassez de recursos para a sua implementação. Denuncia o seu caráter pró-mercado em detrimento da formação humana e integral do estudante, constituindo-se em mais uma ação nos marcos do “neoliberalismo”. E avança para uma série de apontamentos em relação à precarização do trabalho do docente, à hiperfragmentação disciplinar e à fragilidade dos itinerários, sobretudo o da formação profissional (PASCOAL, 2023, on-line).

Na tessitura enunciativa do artigo, os argumentos mormente demandados pelos críticos da reforma são discursivizados de modo a mostrar como o movimento age. E, nesse diapasão, importa destacar o efeito gerado pelos verbos que introduzem o discurso do outro: denuncia, questiona, critica. Tais verbos acentuam o *modus operandi* das estratégias de luta e de resistência desses grupos com os quais o articulista não concorda. Ademais, vale reiterar que o articulista se distancia desses dizeres, ao imputar a responsabilidade pelo dito a outrem. Quer dizer, são apontamentos a serem desmontados, pois não procedem, não passam de pressuposições. Noutras palavras, o caráter antidemocrático da MP que instituiu a reforma, o recrudescimento das desigualdades educacionais, a carência de formação crítica, a entronização da racionalidade neoliberal nas políticas para o ensino médio, a ausência de condições adequadas para o acolhimento dos discentes no ensino médio integral, dentre outras pautas, não são priorizadas pelo posicionamento presente no artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo.

Contudo, o articulista não contra-argumenta todas as críticas levantadas e destaca somente que, em relação à MP n. 746/2016, vale assinalar que “[...] acolheu muitas das proposições que vinham sendo debatidas no Parlamento desde 2012 e que resultaram no Projeto de Lei n. 6.840 de 2013” (PASCOAL, 2023, on-line). As demais proposições apresentadas pelos críticos do NEM não são recuperadas e, portanto, não se mostram os argumentos contrários aos que pregam a revogação da reforma. Para o articulista, “[...] o que mais espanta, no entanto, na celeuma em curso é a desconsideração das experiências



externas no campo da organização do ensino secundário” (PASCOAL, 2023, on-line). De acordo com esse posicionamento discursivo, o Brasil deve se inspirar em experiências exitosas empreendidas por outros países, as quais seriam semelhantes à proposta do NEM.

A reforma de 2017, nesse sentido, “[...] ajustou a organização do ensino médio brasileiro ao que é reconhecido como as melhores práticas em matéria educacional em vários países, especialmente nos integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)” (PASCOAL, 2023, on-line). A OCDE aparece como um lugar institucional com efeito de verdade, por meio do qual o sujeito busca subsidiar o discurso e algumas características da reforma seriam responsáveis por essa aproximação com a política educacional de outros países: “[...] matriz curricular baseada em competências e habilidades, flexibilidade de organização curricular e itinerários formativos à disposição dos alunos” (PASCOAL, 2023, on-line).

Assim sendo, a nação necessita dar prosseguimento à reforma, com vistas ao desenvolvimento, e não levar em consideração os interesses daqueles que buscam entrar essa política educacional. No término do artigo, lemos: “Tal como ocorreu na aprovação, a anulação da reforma não é ato do Poder Executivo. É prerrogativa do Poder Legislativo, que exige procedimentos há muito claramente estabelecidos” (PASCOAL, 2023, on-line). O discurso do artigo aponta que a pressão pela revogação se mostra inconstitucional, porquanto não parte de o poder executivo legislar sobre o NEM. Com isso, visa-se a desconstruir estratégias de resistência à reforma e engendrar um efeito de consenso sobre as benesses da manutenção dessa nova política pública educacional. Na perspectiva defendida por Jakimiu (2023, p. 15), posicionamentos como esse disposto no artigo demarca o “[...] desafio que está posto aos estudantes, professores, instituições, coletivos e entidades que defendem a educação pública”, e continua a autora “[...] e a necessidade de continuar o enfrentamento político e epistemológico às perspectivas mercadológicas que cada vez mais vêm ocupando espaço na definição das políticas educacionais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste texto, esforçamo-nos no sentido de cumprir com o objetivo proposto, a saber: analisar como o jornalismo opinativo tem focado o NEM, tendo como pano de fundo os primeiros seis meses do terceiro mandato do presidente Lula. Para isso, selecionamos três materialidades discursivas integrantes do jornalismo opinativo: editorial publicado no jornal O Globo, editorial publicado na Folha de S. Paulo e um artigo de opinião



assinado por Isaias Pascoal publicado no jornal O Estado de São Paulo. Na tessitura enunciativa desses três textos, pudemos notar a emergência de posicionamentos discursivos responsáveis por apoiar a continuidade da reforma do NEM e a permanente desqualificação dos opositores da reforma.

A hipótese estabelecida para esse estudo é de que os pontos de vista expressos por esses discursos estão em franca ligação com os interesses neoliberais que nortearam a elaboração da reforma e sua posterior implementação. Tal hipótese se sustenta em razão da configuração dos discursos analisados, pois se busca constantemente reforçar o caráter inovador da reforma, haja vista a liberdade que o discente passa a ter no desenho dos seus percursos formativos, sendo “[...] capaz de guiar suas escolhas racional e ativamente como se fosse senhor do seu domínio, guiado pela própria vontade” (RESENDE, 2022, p. 409); tenta-se vender a ideia de que a reforma encontra eco em experiências bem-sucedidas de outros países e seria um erro não dar prosseguimento a essa mudança na composição do ensino médio; argumenta-se em prol da necessidade de avaliar aspectos pontuais na consecução da reforma, mas não se levam em conta os efeitos potencialmente danosos advindos da sua implementação.

Os opositores da reforma, que exercem pressão sobre o governo Lula, são caracterizados como grupos alheios aos problemas da realidade concreta e que estão embevecidos por posicionamentos político-partidários e cujos argumentos não devem ser debatidos. Uma possível revogação da reforma é concebida como um erro a prejudicar os estudantes já imersos no modelo do NEM e um aceno a interesses tidos como obtusos. Assim, os textos lançam mão de estratégias discursivas que objetivam conduzir os leitores a aderirem a tais posicionamentos, despolitizando a discussão sobre a reforma e desmerecendo as lutas e as táticas de resistência daqueles que não estão de acordo com a reforma do NEM e, de algum modo, ganharam possibilidades de atuação mais sistemática nos primeiros tempos do governo Lula.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais, **Alfa**, São Paulo, v. 50, n.1, p. 77-89, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1396/1096>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ANDRADE, Maria Carolina; MOTTA, Vânia Cardoso. A mídia e a produção do consenso em torno das políticas educacionais: o caso do Novo Ensino Médio, **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 26, n.1, 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de



dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em 22 jun. 2022.

BRASIL. **Medida provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em 22 jun. 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Celso de Prado Ferraz; CAVALCANTI, Fabio. O Novo Ensino Médio Paulista: velhas propostas de manutenção da dualidade estrutural e da precarização do ensino, **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 7, e7317, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/7317/6919>. Acesso em: 22 jan. 2023.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora. A implementação do Novo Ensino Médio nas escolas: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem, **Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 285-293 Maio/ago. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620/1108>. Acesso em: 15 dez. 2022.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon; SANTOS, Antônio Pereira dos. A ilusão da liberdade de escolha: o problema da “customização” dos currículos dos itinerários formativos da Reforma do ensino médio, **Educação por escrito**, Porto Alegre, p. 1-11, jan/dez. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Alerta na educação**. 04 abr. 2023. Disponível para assinantes em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/04/alerta-na-educacao.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GONÇALVES, Josilaine Cátia *et al.* Quando tudo começa ou... (re)começa: pegadas a caminho da reforma do Ensino Médio. In: KRAWCZYK, Nora; ZAN, Dirce. (orgs.). **A reforma do ensino médio em São Paulo**: a continuidade do projeto neoliberal. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022. p. 11-45.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. Retrocessos do “Novo Ensino Médio”: uma década de lutas e resistências (2013-2023), **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 8, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/21155/209209217638>. Acesso em: 15 jun. 2023.

KOHAN, André Carreiro. Das ocupações secundaristas do estado de São Paulo (2014-2016) ao protagonismo juvenil: neoliberalismo, gestão-guerra e trabalho político,



Geografafes, Vitória, v. 2, n. 35, jul/dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografafes/article/view/39228/26015>. Acesso em: 11 jun. 2023.

LEÃO, Bruno Layson Ferreira; SOUZA, Alan Solano de. *Accountability* na educação básica: novos modos de regulação e controle de resultados, **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 4, e48574, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8574/7500>. Acesso em: 11 jun. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D. A. **A Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MANFRÉ, Ademir Henrique. A educação no governmentamento dos corpos: empreendedorismo e projeto de vida, **Cocar**, Belém, v. 18, n. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6108/2674>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório, **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

O GLOBO. **Reforma do ensino médio precisa seguir adiante**. 04 jun. 2023. Disponível para assinantes em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2023/06/reforma-do-ensino-medio-precisa-seguir-adiante.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PASCOAL, Isaías. A questão do ensino médio no Brasil: ‘decifra-me ou te devoro’, **Estado de São Paulo**, 16 maio 2023. Disponível para assinantes em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/a-questao-do-ensino-medio-no-brasil-decifra-me-ou-te-devoro/>. Acesso em: 20 maio 2023.

QUADROS, Sérgio Feldemann de; KRAWCZYK, Nora. O ensino médio brasileiro ao gosto do empresariado, **Políticas Educacionais**, Montevideo, v. 12, n. 2, p. 36-46, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/97711/54566>. Acesso em: 06 jan. 2023.

RESENDE, Haroldo de. Foucault, neoliberalismo e educação: articulações em escrito de um pioneiro. In: TRAVERSINI, Clarice Salete *et al.* (Orgs.). **Alfredo Veiga-Neto**: modos de ser e pensar junto com Michel Foucault. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 397-412.

Artigo recebido em: 22 de Outubro de 2023.

Aceito para publicação em: 19 de Janeiro de 2024.

Manuscript received on: October 22, 2023.

Accepted for publication on: January 19, 2024.

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

